Notícias do dia 11 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 6

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - BOM DIA GOIÁS
TCE - GO
Presidente do Ipasgo nega privatização do órgão . . . 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos de lei voltados à segurança nas escolas dominam a apresentação de matérias . . . 4

JORNAL OPÇÃO - ONLINE - GO - GOIÁS
TCE - GO
Assembleia debate alteração de natureza jurídica do Ipasgo . . . 5

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Sindipúblico move ação contra mudança jurídica do Ipasgo . . . 7

BRASIL EM FOLHAS ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Projetos de lei voltados à segurança nas escolas dominam a apresentação de matérias . . . 8

REVISTA STILE ONLINE - GO - NEWS
TCE - GO
Sob o comando de Gustavo Sebba Comissão de Saúde da Alego discute a privatização do Ipasgo . . . 9

Presidente do Ipasgo nega privatização do órgão

Afirmação foi contestada pela oposição.

Assunto(s): **TCE** **GOIÁS**, GOVERNO DE **GOIÁS**, ANS

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2023/04/11/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-06.40.10-06.44.39-1681206720.mp4

Projetos de lei voltados à segurança nas escolas dominam a apresentação de matérias

Na apresentação de matérias da sessão ordinária nesta terça-feira, 11, predominaram requerimentos e projetos de lei envolvendo sistemas e medidas de segurança escolar em âmbito estadual, após ataque ocorrido em colégio na manhã desta terça em Santa Tereza de Goiás e em creche de Santa Catarina no último dia 5. Os deputados Gugu Nader (Agir) e Cairo Salim (PSD) sugeriram a unificação de todos os projetos vinculados ao tema.

Apresentaram projetos a respeito, além dos próprios Nader e Salim, Karlos Cabral (PSB), Bia de Lima (PT), Lincoln Tejota (UB), Issy Quinan (MDB), Talles Barreto (UB), Cristiano Galindo (Solidariedade), Lucas Calil (MDB) e Fred Rodrigues (DC).

Paulo Cezar (PL) solicitou a realização de uma audiência pública com especialistas ligados à educação e à segurança pública. Ele também apresentou requerimento pedindo vistoria do **Tribunal de Contas do Estado** no asfalto do trecho da GO-174 que liga Montes Claros a Diorama.

O deputado Karlos Cabral (PSD) apresentou também projeto de resolução pedindo o fim do limite de Frentes Parlamentares das quais os deputados da **Alego** podem participar, atualmente de cinco cada um. O deputado Mauro Rubem (PT) apresentou projeto de lei declarando de utilidade pública a Associação Vida Esperança, da Cidade de Goiás.

Issy Quinan apresentou projeto de lei que declara de utilidade pública a Liga de Desporto da Estrada de Ferro. Anderson Teodoro (Avante) apresentou requerimento pedindo a ANTT implementação de transportes semiurbanos ligando o município de Padre Bernardo a Brasília. O deputado também apresentou projeto de lei ligado à dignidade menstrual. Gustavo Sebba (PSDB) apresentou projeto de lei dispondo sobre notificação eletrônica quanto à interrupção ou à suspensão parcial de energia elétrica.

Veter Martins (Patriota) apresentou requerimento solicitando o envio de expediente a Ronaldo Ferrante, diretor-superintendente do jornal O Popular, pelos 85 anos do periódico. O parlamentar também apresentou projeto de lei instituindo política estadual de orientação, diagnóstico e tratamento da endometriose.

Coronel Adailton (Solidariedade) apresentou requerimento para que seja composta da Frente Parlamentar da Chapada dos Veadeiros.

Wagner Neto (Solidariedade) apresentou requerimentos direcionados à Goinfra envolvendo trechos da GO-156, da GO-525 e da GO-230. O deputado Major Araújo (PL) apresentou requerimento de criação de uma Frente Parlamentar da propriedade privada.

Antônio Gomide (PT), por fim, apresentou projeto de lei propondo uma política estadual de transição energética.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: https://portal.al.go.leg.br/noticias/131534/projetos-de-lei-voltados-a-seguranca-nas-escolas-dominam-a-apresentacao-de-materias

Assembleia debate alteração de natureza jurídica do Ipasgo

Italo Wolff

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás** (**Alego**) realizou audiência pública sobre a alteração de personalidade jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo) na tarde desta segunda-feira, 10. Enquanto membros da autarquia defenderam a alteração da natureza do Ipasgo para a de um Serviço Social Autônomo (SSA) tutelado pelo Governo e regulado pela Agência Nacional de Saúde (ANS), deputados da oposição defenderam a manutenção atual da natureza jurídica do Ipasgo.

Em favor da modificação

O presidente da autarquia, Vinícius Luz , ressaltou que a transformação do Ipasgo em SSA não privatizaria a autarquia. Luz justificou a necessidade da mudança: "Atualmente a receita corrente líquida fica inflada porque, como autarquia, o Estado compõe o orçamento público e, dentre as alternativas para solucionar o problema, escolhemos a mudança para SSA, definindo assim o modus operandi e as obrigações do Ipasgo", afirmou.

"No SSA, apesar do Estado continuar fazendo os descontos na folha normalmente, isso agora vai ser considerado um consignado, não computando como nova receita, atendendo a uma determinação do Tribunal de Contas, o que resolve a questão contábil do Estado", prosseguiu. Luz argumentou, ainda, que a alteração permitiria que o Ipasgo ganhasse um cardápio de cinco ou até dez planos diferentes.

O presidente do Ipasgo se dedicou por último a desmistificar ideias sobre a modificação da natureza jurídica. "O Ipasgo não será privatizado porque privatização é o processo de venda de uma instituição para a iniciativa privada e não tem nenhum tipo de privatização neste contexto, não consta da minuta do projeto de lei, isso nunca esteve sequer na pauta, inclusive o Estado vai continuar indicando a diretoria". O presidente do Ipasgo ressaltou também que não haveria reajuste todos os anos, e os serviços de odontologia, home care e Programa de Apoio Social não irão acabar.

Contrários à modificação

Os deputados estaduais Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT) e Gustavo Sebba (PSDB), assim como pela vereadora de **Goiânia** Kátia Maria (PT), afirmaram que o projeto já deveria estar em tramitação na **Alego**. Gomide afirmou: "Seria muito melhor readequar os erros do que acabar com a autarquia, e essa é uma decisão política e não técnica, como admitiu o próprio **Tribunal de Contas do Estado** aqui mesmo na Assembleia Legislativa, em outra audiência pública".

Bia de Lima (PT), por sua vez, sugeriu um plebiscito que ouvisse os servidores usuários do Ipasgo. O deputado Gustavo Sebba (PSDB), que preside a Comissão de Saúde da **Alego**, questionou, o fato de o projeto de lei da alteração de personalidade jurídica ainda não estar disponível. "O senhor Vinícius Luz disse que é preciso uma mudança, mas o projeto de lei ainda não está público para que possamos debatê-lo".

O presidente do Ipasgo se dedicou por último a desmistificar ideias sobre a modificação da natureza jurídica. "O Ipasgo não será privatizado porque privatização é o processo de venda de uma instituição para a iniciativa privada e não tem nenhum tipo de privatização neste contexto, não consta da minuta do projeto de lei, isso nunca esteve sequer na pauta, inclusive o Estado vai continuar indicando a diretoria". O presidente do Ipasgo ressaltou também que não haveria reajuste todos os anos, e os serviços de odontologia, home care e Programa de Apoio Social não irão acabar.

Contrários à modificação

Os deputados estaduais Antônio Gomide (PT), Bia de Lima (PT), Mauro Rubem (PT) e Gustavo Sebba (PSDB), assim como pela vereadora de **Goiânia** Kátia Maria (PT), afirmaram que o projeto já deveria estar em tramitação na **Alego**. Gomide afirmou: "Seria muito melhor readequar os erros do que acabar com a autarquia, e essa é uma decisão política e não técnica, como admitiu o próprio **Tribunal de Contas do Estado** aqui mesmo na Assembleia Legislativa, em outra audiência pública".

Bia de Lima (PT), por sua vez, sugeriu um plebiscito que ouvisse os servidores usuários do Ipasgo. O deputado Gustavo Sebba (PSDB), que preside a Comissão de Saúde da **Alego**, questionou, o fato de o

projeto de lei da alteração de personalidade jurídica ainda não estar disponível. "O senhor Vinícius Luz disse que é preciso uma mudança, mas o projeto de lei ainda não está público para que possamos debatê-lo".

A vereadora Kátia Maria (PT), presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de **Goiânia**, também afirmou que a modificação poderia sobrecarregar o Sistema Único de Saúde (SUS).

Base

O deputado Bruno Peixoto (UB), presidente da Assembleia, afirmou que os usuários do Ipasgo e o Governo estão do mesmo lado na questão. Ele disse que não admitirá que o **TCE** jogue para o Estado ou para a **Alego** o problema do Ipasgo: "Tem um relatório, um parecer aqui, do **TCE**, que determina essas mudanças, transformando em pessoa jurídica do direito privado ou promover medida com potencial equivalente".

"Se o **TCE** disser que não determina mais", acrescentou o presidente da **Alego**, "quero que eles sejam mais claros, o que significa 'medida com potencial equivalente? Nós não estamos aqui armados", disse, ainda, Bruno Peixoto, afirmando que distintas alternativas quanto ao futuro do Ipasgo serão consideradas. "A audiência pública", enfatizou, "serve para juntos acharmos uma solução, não para comunicá-la".

O projeto de lei quanto à mudança da personalidade jurídica, afirmou, "só vai vir para a Assembleia quando esgotarmos todos os diálogos para juntos acharmos uma solução, achar uma alternativa junto ao **TCE**, com sintonia com o tribunal". Bruno Peixoto disse que recebeu hoje sugestões de deputados e já encaminhou para a Procuradoria do Estado para ser analisada a viabilidade da proposta.

O representante do **TCE**-GO presente à audiência, Sérvio Túlio, disse que "o **TCE** emitiu um parecer prévio, então carece de aprovação da **Alego** para ter uma eficácia jurídica. O tribunal tem competência para julgar as contas dos gestores públicos, cabe à Assembleia acatar ou não na íntegra o parecer do **TCE**".

"Nesse parecer prévio, o tribunal determina que as mudanças ocorram ainda este ano", prosseguiu, complementando. "Se o **TCE** coloca uma alternativa, é porque entende que é uma situação do Governo e essa recomendação vem sendo apontada há 10 anos".

Site: https://www.jornalopcao.com.br/goias/assembleia-debate-alteracao-de-natureza-juridica-do-ipasgo-481338/

Sindipúblico move ação contra mudança jurídica do Ipasgo

Presidente do Sindipúblico, Nylo Sérgio: alteração afetará o patrimônio do funcionalismo estadual (Wildes Barbosa / O Popular)

O Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de **Goiás** (Sindipúblico) entrou com ação civil pública (ACP) contra a mudança jurídica do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo). O governo estadual anunciou a alteração e já tem pronta a minuta de um projeto que muda a natureza do instituto de autarquia para serviço social autônomo (SSA), medida que é rejeitada por servidores.

Na ação, o Sindipúblico trata a proposta como uma "privatização" do Ipasgo, termo que é refutado pela **administração estadual** porque o estado continuaria sendo o controlador. "Ocorre que, a manobra jurídico-legislativa gestada pelos requeridos afetará diretamente o patrimônio jurídico dos servidores públicos", argumenta o sindicato.

Para a categoria, a medida "trará consideráveis prejuízos aos serviços de assistência à saúde prestados há décadas pelo Ipasgo aos milhares de usuários, além do evidente dano de ordem funcional aos servidores efetivos vinculados ao órgão."

Eles citam a justificativa do governo de que a medida serve para atender a uma determinação do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). A corte de contas determinou que o estado transforme o Ipasgo em fundação para deixar de incluir os recursos do instituto na conta da Receita Corrente Líquida (RCL).

"No formato indicado (SSA), o Ipasgo seria extinto e todo o seu patrimônio, saldo financeiro, receitas e a execução direta da atividade transferidos a entidade privada não integrante da administração pública, ou seja, haveria a inexorável privatização dos serviços de assistência à saúde dos servidores públicos", argumenta o sindicato.

Um argumento é a defesa de que o estado poderia encontrar alternativas para retirar o Ipasgo da conta da RCL, que não fosse a mudança da natureza jurídica. Eles citam a fala do presidente do **TCE**-GO, Saulo Mesquita, em audiência pública, de que se trata de uma opção política.

O sindicato ainda cita que o fato do Ipasgo ser uma autarquia não obriga o estado a incluí-lo na conta da RCL. "A Lei Complementar Estadual excepciona da Conta Única do Tesouro Estadual os recursos originários da estrutura de assistência em saúde dos servidores públicos estaduais", explica o texto.

Outro problema citado pelo Sindipúblico é o fato da proposta não ter passado pelo conselho deliberativo do Ipasgo. Além disso, mencionam possíveis prejuízos aos usuários e ao estado na regulação pela Agência Nacional de Saúde (ANS), que consideram prejudicial pelos ajustes no valor da contribuição.

O sindicato cita a possibilidade de denúncia ao Conselho de Defesa da Concorrência (Cade) "por concorrência desleal, dada a isenção e imunidade tributárias, e dumping, caso o instituto adote uma política agressiva de celebrar convênios com outros municípios, aumentando assim a sua carteira de usuários."

E ainda lista a possibilidade de regulação pelo Procon, caso fique caracterizada a relação de consumo e a tributação pelo município e pelo governo federal.

Manutenção

O presidente do Sindipúblico, Nylo Sérgio Nogueira, diz que o intuito principal é preservar o Ipasgo como autarquia. Além de se respaldar na fala do **TCE**-GO, ele destaca o fato do conselho deliberativo não ter sido consultado. "Eu falo porque sou o presidente (do conselho)".

Nogueira disse que os servidores estão abertos ao diálogo e que disponibiliza técnicos para encontrar uma alternativa. "Temos equipe técnica das entidades representativas e vejo solução, há possibilidade além de transformar a natureza jurídica. Não está fácil, mas estamos lutando", destacou.

Em nota, o Ipasgo disse que ainda não foi notificado da ação. "Assim que isso ocorrer e tiver acesso aos autos do processo, o instituto poderá se pronunciar sobre o caso", diz o texto enviado à reportagem.

Site: https://opopular.com.br/politica/sindipublico-move-ac-o-contra-mudanca-juridica-do-ipasgo-1.3018065

Projetos de lei voltados à segurança nas escolas dominam a apresentação de matérias

Na apresentação de matérias da sessão ordinária nesta terça-feira, 11, predominaram requerimentos e projetos de lei envolvendo sistemas e medidas de segurança escolar em âmbito estadual, após ataque ocorrido em colégio na manhã desta terça em Santa Tereza de Goiás e em creche de Santa Catarina no último dia 5. Os deputados Gugu Nader (Agir) e Cairo Salim (PSD) sugeriram a unificação de todos os projetos vinculados ao tema. Apresentaram projetos a respeito, além dos próprios Nader e Salim, Karlos Cabral (PSB), Bia de Lima (PT), Lincoln Tejota (UB), Issy Quinan (MDB), Talles Barreto (UB), Cristiano Galindo (Solidariedade), Lucas Calil (MDB) e Fred Rodrigues (DC).

Paulo Cezar (PL) solicitou a realização de uma audiência pública com especialistas ligados à educação e à segurança pública. Ele também apresentou requerimento pedindo vistoria do **Tribunal de Contas do Estado** no asfalto do trecho da GO-174 que liga Montes Claros de Goiás a Diorama.

O deputado Karlos Cabral (PSD) apresentou também projeto de resolução pedindo o fim do limite de Frentes Parlamentares das quais os deputados da **Alego** podem participar, atualmente de cinco cada um. O deputado Mauro Rubem (PT) apresentou projeto de lei declarando de utilidade pública a Associação Vida Esperança, da Cidade de Goiás.

Issy Quinan apresentou projeto de lei que declara de utilidade pública a Liga de Desporto da Estrada de Ferro. Anderson Teodoro (Avante) apresentou requerimento pedindo a ANTT implementação de transportes semiurbanos ligando o município de Padre Bernardo a Brasília. O deputado também apresentou projeto de lei ligado à dignidade menstrual. Gustavo Sebba (PSDB) apresentou projeto de lei dispondo sobre notificação eletrônica quanto à interrupção ou à suspensão parcial de energia elétrica.

Veter Martins (Patriota) apresentou requerimento solicitando o envio de expediente a Ronaldo Ferrante, diretor-superintendente do jornal O Popular, pelos 85 anos do periódico. O parlamentar também apresentou projeto de lei instituindo política estadual de orientação, diagnóstico e tratamento da endometriose.

Coronel Adailton (Solidariedade) apresentou requerimento para que seja composta da Frente Parlamentar da Chapada dos Veadeiros. Wagner Neto (Solidariedade) apresentou requerimentos direcionados à Goinfra envolvendo trechos da GO-156, da GO-525 e da GO-230.

O deputado Major Araújo (PL) apresentou requerimento de criação de uma Frente Parlamentar da propriedade privada. Antônio Gomide (PT), por fim, apresentou projeto de lei propondo uma política estadual de transição energética.

Site: https://brasilemfolhas.com/2023/04/11/projetos-de-lei-voltados-a-seguranca-nas-escolas-dominam-a-apresentacao-de-materias/

Sob o comando de Gustavo Sebba Comissão de Saúde da Alego discute a privatização do Ipasgo

revistastile

Sob a liderança e iniciativa do deputado Gustavo Sebba (PSDB), presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**), foi realizada na manhã desta terça-feira (4), na sala das comissões, segundo andar do Palácio Maguito Vilela, uma audiência pública sobre a privatização do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de **Goiás** (Ipasgo).

Gustavo Sebba, agradeceu a presença dos integrantes da comissão, cumprimentou os demais parlamentares e representantes de entidades e órgãos relacionados ao segmento da saúde. "Pedimos essa audiência entendendo que esta Casa é o local adequado para esse debate que já gerou polêmicas. O motivo é debater e contextualizar, buscando entender todas as partes interessadas nessa mudança que está sendo proposta. Quero aqui agradecer o presidente desta Casa, que cedeu a estrutura necessária, e entendo que, além do debate, todos os 41 parlamentares devem acompanhar essa audiência para que saibam o que estão votando", ressaltou o presidente do colegiado.

A audiência contou com a participação do presidente do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**), **Saulo Marques Mesquita**, e do **conselheiro Celmar Rech**, além de diversos deputados estaduais e representantes do segmento da saúde.

No entanto, o presidente do Ipasgo, Vinícius Luz, e outros representantes do estado que foram convidados não compareceram.

Atendendo a uma determinação do Tribunal de Contas (**TCE**), o instituto deve deixar de ser uma autarquia estadual para se transformar em um Serviço Social Autônomo (SSA).

O presidente do **TCE-GO**, **Saulo Mesquita**, afirmou que o órgão atua de maneira técnica e sem influência política. O **conselheiro** do **TCE**-O, **Celmar Rech**, apresentou implicações da receita do Ipasgo na receita corrente líquida do Estado, criando um espaço fiscal artificial. "Isso pode levar a um descumprimento do limite de despesa com pessoal. Além disso, o limite de endividamento do Estado também é computado com base na receita corrente líquida, o que pode levar a um endividamento maior do que o permitido", salientou o **conselheiro**. Ele defendeu um modelo que preserve os direitos dos usuários e, ao mesmo tempo, permita a confecção correta de demonstrativos fiscais e contábeis.

O IPASGO é atualmente uma grande opção para os servidores que não têm condições financeiras para arcar com despesas médicas e atende hoje cerca de 600 mil usuários.

Site: https://www.revistastile.com.br/sob-o-comando-de-gustavo-sebba-comissao-de-saude-da-alego-discute-a-privatizacao-do-ipasgo/